

Castelo Rodrigo

Exemplo de valorização do patrimônio cultural

Situação geográfica, demográfica e administrativa

Castelo Rodrigo situa-se em território de Riba-Côa. Trata-se de uma antiga vila medieval secular, muralhada, que se ergue no topo de um monte com cerca de 800m de altura. Pertence à província da Beira Interior, distrito da Guarda, Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. A localização privilegiada no cimo de um morro, cuja altitude apenas é superada pela Serra da Marofa (975m), e sua proximidade com a fronteira, são requisitos, em si, justificativos da importância que esta povoação assumiu ao longo dos tempos como praça-forte. Do castelo é possível avistar toda a área do vale, onde sobressaem Figueira de Castelo Rodrigo (a cerca de 5 km de distância), o antigo Convento de Santa Maria de Aguiar (hoje transformado em turismo de habitação) e as áreas de cultivo que se estendem até à fronteira com a Espanha. A antiga vila medieval conta actualmente com cerca de 200 habitantes (segundo resultados do referendo de 1998, eram 240 os eleitores inscritos). Nela se situa a Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, cujo edifício renovado mantém a traça medieval da vila, a Igreja Matriz, fundada em 1192 pelos frades Hospitalários e alguns estabelecimentos hoteleiros e de apoio ao turismo.

A história¹

Nem sempre alinhada com o “lado certo da história”, é ainda hoje possível “ouvir” das ruínas de Castelo Rodrigo as histórias das duras e sangrentas batalhas que ali se travaram. É difícil precisar com rigor as origens de Castelo Rodrigo. Sabemos que o território de Riba-Côa foi ocupado desde o Paleolítico. Em Castelo Rodrigo foram



encontrados vestígios romanos (restos de materiais de construção e moedas) e árabes (cisterna), a somar aos vestígios megalíticos e da cultura castreja que se encontram um pouco por toda a região. Em 1039, segundo o relato da história dos Godos, Castelo Rodrigo é libertada do poder dos Árabes, ficando subordinada ao poder dos Reis de Leão. A origem do nome (“Castelo Rodrigo”) associa-se ao de alguns nobres do Reino de Leão, embora não exista consenso quanto à identidade concreta do nobre em questão. Alguns historiadores defendem que é possível que o nome de Cuidad Rodrigo, conquistada e fundada pelo Conde Rodrigo Girão, esteja ainda associado ao de Castelo Rodrigo. A primeira carta de foral de Castelo Rodrigo foi concedida, em 12 de Setembro de 1209, por D. Afonso IX, rei de Leão, contendo, em oito livros, toda a legislação que regularizava todos os aspectos da vida familiar, social e económica dos respectivos habitantes. O território manteve-se sob a jurisdição de Leão, durante quase 100 anos, até que o Reino veio a ser integrado no de Castela, cerca de 1295.

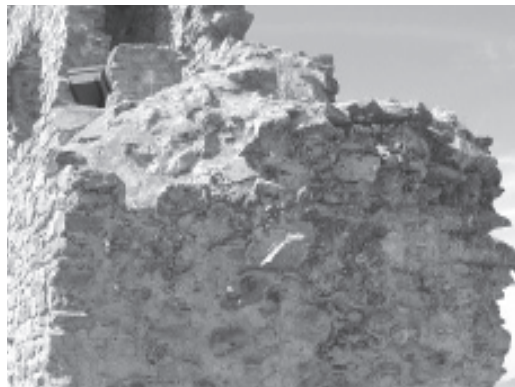
Castelo Rodrigo passa a território português por força do tratado de Alcanices, assinado a 12 de Setembro de 1297. Neste tratado o Rei de Castela (D. Fernando IV) cedeu a Portugal as praças de Olivença, Campo Maior, San Felices dos Galegos e os territórios de Riba-côa. Em troca, D. Dinis cedeu as praças de Arronches e Aracena. Embora só em 1297 Castelo Rodrigo tenha integrado o território português por efeito das negociações do Tratado de Alcanices, cabe salientar que na sequência da conquista daquelas terras algum tempo antes da assinatura do referido Tratado de paz, D. Dinis havia já concedido foro à vila de Castelo Rodrigo a 8 de Novembro de 1296. D. Fernando, reconhecendo a importância das fortalezas da raia, mandou restaurar Castelo Rodrigo. Mas Castelo Rodrigo continuaria a ser palco de duras batalhas. Com a morte de D. Fernando, Portugal viria a mergulhar numa dura crise política que pôs em causa a própria independência nacional e à qual Castelo Rodrigo não ficou alheio. Segundo



os costumes e leis da época, os alcaides juraram fidelidade à filha do falecido rei, no caso, D. Beatriz, e assim o fez Álvaro Gil Cabral, alcaide de Castelo Rodrigo. Mesmo depois da derrota dos castelhanos em Aljubarrota, a 15 de Agosto de 1385, o Mes-tre Aviz viu recusada a sua entrada em Castelo Rodrigo, em 1386, pelo respectivo alcaide que ainda continuava fiel ao Rei de Castela. Apenas em 1387, D. João I conseguir assentar arraiais naquela vila, que, pelo Tratado de Monção de 1389, o qual estabelecia mais uma trégua entre os dois reinos, regressaria à soberania portuguesa, assim como Olivença, Mértola, Castelo Mendo e Castelo Melhor, por troca com Tui e Salvaterra do Minho.

Até ao domínio espanhol iniciado em 1580 apenas cabe assinalar a reforma do castelo em 1499, por ordem de D. Manuel. Este também renovou o foral de Castelo Rodrigo, em 1508, e doou o termo ao filho, o infante D. Duarte o diploma de 1527 impunha aos moradores do concelho a conservação da fortaleza através de contribuições em trabalho para as obras de restauro. D. Sebastião doou a fortaleza a D. Luís de Moura, pai de Cristóvão de Moura. O segundo viria a assumir um papel relevante na entrega do trono de Portugal a Espanha após a morte de D. Sebastião e de D. Henrique. Cristóvão de Moura estava nessa altura ao serviço do rei espanhol, D. Filipe II (I de Portugal) e foi por este elevado à categoria de Conde de Castelo Rodrigo, como pagamento dos seus bons ofícios. Com a morte daquele monarca perdeu os cargos que exercia em Lisboa e foi proibido de regressar a Espanha, pelo que viveu alguns anos no palácio que mandara erguer em Castelo Rodrigo e cujas ruínas são hoje visitáveis.

Quando, em 1 de Dezembro de 1640, a nobreza portuguesa se revoltou e pôs fim ao domínio espanhol, ainda Castelo Rodrigo continuava fiel a Espanha. Segundo a tradição, a notícia apenas chegou àquela vila 10 dias depois. Os populares invadiram a vila e dirigiram-se ao castelo, entrando pela porta da traição, para se vingarem dos espanhóis, mas só nessa altura descobriram que estes



havia fugido por um túnel secreto que fazia a ligação com o convento de Santa Maria de Aguiar. Mais uma vez o castelo, e agora também o palácio, foram destruídos, ficando a arder por vários dias. D. João IV ao subir ao trono mandou reparar as muralhas.

Mais tarde, em 1762, Castelo Rodrigo após duras batalhas, volta a ficar sobre o domínio espanhol (na altura em que aquele reino assinara o “Pacto de Família” com a França e a Itália), apenas regressando à coroa portuguesa, com a assinatura da paz em Fontainebleau, em 1763.

Em 1797, a defesa de Castelo Rodrigo é novamente reforçada, desta feita por causa da crise com a França, após a subida ao poder de Napoleão. A defesa não foi, porém, eficiente, até porque o castelo, já em ruínas, não estava no pleno das suas potencialidades. Ficaram os registos da passagem dos franceses por aquela terra e das suas pilhagens, em especial no Convento de Santa Maria de Aguiar.

A partir da segunda metade do século XVIII, Castelo Rodrigo começou a entrar em decadência, em especial por se tratar de um lugar muito exposto ao frio e ao vento e pela escassez de água. O fim dos conflitos na Península Ibérica fazia desaparecer a necessidade de defesa e, com isso, as populações podiam procurar outro tipo de conforto estabelecendo-se no vale (na que agora é Figueira de Castelo Rodrigo) sem medo de guerras. É natural, assim, que a 6 de Novembro de 1836, tivesse sido promulgado o decreto que destronou Castelo Rodrigo da qualidade de sede de concelho.

As intervenções actuais

A história de Castelo Rodrigo, só em si, já seria motivo suficiente para uma visita a este lugar. A paisagem que se avista do cimo do monte é suficientemente eloquente da importância estratégica do local no contexto das guerras medievais. Mas o fundamento deste trabalho é muito mais rico do que a descrição de um simples conjunto de ruínas de importante valor histórico, testemunha-doras de várias civilizações



e gentes. O que justificou nossa atenção prende-se com a recuperação de Castelo Rodrigo segundo um conceito dinâmico de património cultural. A transferência da maioria da população para a vila situada no vale (Figueira de Castelo Rodrigo) obrigou à adopção de medidas tendentes a evitar a total desertificação da vila medieval. Assim, a vila conta hoje com uma rede eléctrica, de abastecimento de água e de saneamento, bem como com uma rede de telecomunicações, todas elas enterradas no chão de forma a evitar que fios aéreos pudessem prejudicar a beleza e o aspecto medieval. No âmbito da protecção e conservação dos bens culturais, são de assinalar a classificação das muralhas como monumento nacional, tendo as mesmas sido submetidas a trabalhos de consolidação, iluminação e arranjos exteriores; a Igreja Matriz classificada como imóvel de interesse público; a fonte de Casqueira classificada como imóvel de interesse concelhio. Para além do empenho da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, foi ainda possível contar com os apoios do FEDER e INTERREG para as obras de consolidação das paredes do arruinado palácio de Cristóvão de Moura e da porta Nascente da fortaleza, bem como a construção de uma circular externa que facilita o acesso e a circulação automóvel. Para além das intervenções estaduais, são de assinalar também, como muito positivos, os investimentos privados que permitem dotar a vila medieval de outras infra-estruturas necessárias à fixação de turistas e visitantes, fazendo daquela vila mais do que um monumento, um verdadeiro regresso ao passado. Assim, a vila conta com três cafés, um restaurante, uma casa de turismo rural, uma moradia turística e algumas lojas de artesanato e produtos gastronómicos regionais, tudo enquadrado, exteriormente, na traça medieval da vila. Para além destes elementos, são ainda de assinalar a realização de eventos culturais (ex. concertos) nas ruínas do castelo e do palácio e a integração da vila no circuito de provas de todo o terreno. A participação



dos privados no projecto de recuperação da vila é importante e mesmo o repovoamento, potencia-lizado pelo facto de estarem acessíveis na vila todas as infra-estruturas da cidade (saneamento, água canalizada, electricidade e telefone), é fundamental para o desenvolvimento de um conceito de património vivo. Hoje, é possível ter na vila medieval uma casa que por fora é medieval e por dentro tem todas as comodidades das habitações de luxo da cidade.

Da visita a Castelo Rodrigo, da envolveria secular que as ruas nos trazem, da imaginação em que a paisagem nos mergulha, da intervenção humana que tem sido feita e ainda está em curso, trazemos a esperança e a certeza que aquela vila, após tantos desencontros com a História e tantas narrativas de traição, está hoje, quase no nosso tempo, potencializando uma reconciliação com o nosso passado e uma vivência histórica de grande significado.



CEDOUA

¹ Sobre a história de Castelo Rodrigo vide, Júlio António Borges, *Castelo Rodrigo*, Ed. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 2001.